

2010-2011

Documento informativo



Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe

A região na década das economias emergentes



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Alicia Bárcena
Secretária-Executiva

Antonio Prado
Secretário-Executivo Adjunto

Oswaldo Rosales
Diretor da Divisão de Comércio Internacional e Integração

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Documentos e Publicações

O Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe é uma publicação anual da Divisão de Comércio Internacional e Integração da CEPAL, que nesta ocasião contou com a colaboração da sede sub-regional da CEPAL para o Caribe, da sede sub-regional da CEPAL no México e o escritório da CEPAL em Washington, D.C.

O principal responsável pelo documento é Oswaldo Rosales, Diretor da Divisão de Comércio Internacional e Integração, e a coordenação técnica esteve a cargo de Nanno Mulder, Oficial de Assuntos Econômicos da Divisão de Comercio Internacional e Integração.

Além de Oswaldo Rosales e Nanno Mulder, participaram na preparação e redação dos capítulos: Mariano Alvarez, Hugo Beteta, Georgina Cipoletta, José Elias Durán, Alfonso Finot, Alicia Frohmann, Tania García, Michael Hendrikson, Sebastián Herreros, Germán King, Mikio Kuwayama, Marcelo LaFleur, José Carlos Mattos, Andrea Pellandra, Jeremias Rojas, Adrián Rodríguez, Hiroito Toda, Vanessa Uchiyama, Roberto Urmeneta e Dayna Zaclicever.

Notas

Nos quadros da presente publicação foram empregados os seguintes sinais:

Três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam por separado ou não estão disponíveis.

Um traço (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula (,) se usa para separar os decimais.

A palavra “dólares” se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo quando indicado em contrário.

ÍNDICE

	<i>Página</i>
Síntese	5
A. Crise e convergência no cenário internacional.....	7
B. As relações entre a América Latina e o Caribe e seus principais sócios extrarregionais	16
C. Os desafios da América Latina e Caribe para melhorar sua inserção na economia mundial	22
Bibliografia	29
 Quadros	
Quadro 1 Países desenvolvidos e em desenvolvimento: contribuição ao crescimento mundial, 2008-2011	9
Quadro 2 América Latina e Caribe: evolução do comércio exterior, 2009-2011	10
Quadro 3 América Latina e Caribe: participação de sócios selecionados nas exportações e importações totais, 2000 e 2010.....	16
Quadro 4 América Latina e Caribe: assimetrias na renda e no gasto social médio	27
 Gráficos	
Gráfico 1 América Latina e Caribe: decomposição da taxa de crescimento do comércio de bens, 2011.....	10
Gráfico 2 América Latina e Caribe: saldo comercial por tipo de produto, média 2009-2010	12
Gráfico 3 Mundo: distribuição das exportações, 1985 e 2010.....	15
Gráfico 4 América Latina e Caribe: estrutura das exportações segundo principais destinos, média 2008-2010.....	18
Gráfico 5 América Latina e Caribe: participação nas exportações mundiais de bens e serviços comerciais, 1980-2010.....	23
Gráfico 6 América Latina e Ásia: produtividade relativa de portos selecionados, 2008-2010.....	26

SÍNTESE

Em meados de 2011, as condições das economias industrializadas pioram. No início do ano, a instabilidade no norte da África, somada a outros fatores, provocou um aumento dos preços dos combustíveis. Em março, a tragédia no Japão —o terremoto, o tsunami e a catástrofe nuclear— afetou as cadeias de suprimento global na indústria. Iniciado o segundo semestre, enquanto o efeito destes fatores se atenuava, as inquietudes se reavivaram pelos temores de inadimplência (*default*) da Grécia, da Irlanda e de Portugal e as repercussões em outras economias europeias de maior tamanho. No final de julho, as enormes dificuldades para chegar a um acordo legislativo sobre o limite da dívida pública nos Estados Unidos agregaram uma nova dose de incerteza e de volatilidade nos mercados financeiros. O rebaixamento na classificação da dívida soberana dos Estados Unidos, fato inédito na história, e as débeis taxas de crescimento econômico acentuaram a incerteza já presente.

Os níveis de volatilidade e de incerteza retornam a patamares preocupantes. Após o acordo no Congresso estadunidense sobre o limite da dívida pública e o segundo conjunto de medidas de apoio à Grécia por parte da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma acentuada volatilidade apropriou-se das principais bolsas de valores, havendo quedas similares às ocorridas em importantes crises financeiras anteriores. Outra causa da volatilidade se relaciona com a estagnação econômica da zona do euro no segundo trimestre de 2011, inclusive em suas principais economias (Alemanha e França). Isso está repercutindo nos preços internacionais dos produtos básicos, que mostram importantes reduções em prazos curtos, embora ainda continuem em níveis superiores à sua tendência de longo prazo, particularmente em minerais e metais.

Os indicadores líderes compostos mostram que a desaceleração nos países industrializados está começando a afetar as principais economias emergentes. As cifras de meados de 2011 mostram que a desaceleração dos países industrializados tenderá a afetar a China e, particularmente, a Índia e o Brasil. Na medida em que estas tendências persistam, poderia esperar-se para 2012 um menor ritmo de incremento das exportações para a Europa e os Estados Unidos, de modo que as economias com maior orientação exportadora em direção a esses mercados veriam o dinamismo de suas vendas externas ser afetado. Da mesma forma, um menor ritmo de crescimento nas economias emergentes, somado ao cenário de debilitação nas economias centrais, seria refletido em menores preços internacionais dos produtos básicos, o que afetaria os saldos comerciais e da conta corrente dos países que os exportam.

Prevê-se um cenário de lento crescimento para as economias industrializadas nos próximos anos. Isto significa que haverá um período de crescimento inferior ao potencial, elevadas taxas de desemprego e ameaças financeiras latentes, pois se estará tratando com equilíbrios muito instáveis, em um contexto de mercados financeiros alterados. A incapacidade da direção política em coordenar saídas fiáveis e sustentáveis para os dilemas fiscais e de dívida soberana agrega um componente adicional de incerteza. A complexidade do ajuste fiscal recém iniciado na Europa e nos Estados Unidos requererá um prolongado processo de consolidação fiscal, que dificilmente poderá ser abordado sem um amplo apoio político de vários governos.

Tal cenário limita o espaço político para acordos substantivos em torno à governança do processo de globalização. Um ambiente de turbulências econômicas e desemprego elevado nas economias industrializadas resulta propício para tentações protecionistas e, por outro lado, reduz o espaço para iniciativas relevantes em torno dos principais desafios suscitados pela globalização. Por exemplo, a Rodada de Doha não conseguiu estabelecer os acordos mínimos que permitem concluí-la, depois de dez anos de infrutíferas negociações. Os anúncios iniciais do Grupo dos Vinte (G-20) sobre a reforma do

sistema financeiro internacional parecem haver desaparecido de sua agenda. As sucessivas cúpulas sobre mudança do clima tampouco dão mostras de poder abordar o tema com a urgência requerida. O crescente peso das economias emergentes nas principais variáveis da economia global, por sua vez, tende a refletir-se em temores e atitudes defensivas por parte das economias industrializadas.

Contudo, a década de 2010 pode ser ainda um período de auge das economias emergentes.

Os motores da economia mundial dependerão cada vez mais do dinamismo das economias emergentes e do comércio e dos investimentos Sul-Sul. A consolidação de taxas de crescimento elevadas e estáveis nestas economias e a desaceleração de seu crescimento demográfico elevarão sua renda per capita e acelerarão a convergência de renda com as economias industrializadas, particularmente no caso das capas medias das economias emergentes.

Esta tendência não está isenta de riscos. Os anúncios da Reserva Federal dos Estados Unidos em torno a um terceiro pacote de medidas de relaxamento quantitativo e de taxa de juros próxima a zero para os próximos dois anos acentuarão a liquidez do dólar nos mercados financeiros, em um contexto de acentuada debilidade das economias industrializadas. Isso significa que as divergências de ciclos monetários entre os países industrializados e os emergentes tenderão a acentuar-se, o que levará a pressões adicionais para a revalorização das moedas destes últimos. Em ausência de iniciativas efetivas de coordenação cambial entre as principais economias, pode ser difícil, em várias economias emergentes, evitar medidas comerciais destinadas a defender-se desta desvantagem em termos de competitividade originada em ineficiências do sistema monetário internacional.

O ano de 2012 se descortina como uma etapa de grande incerteza e, em consequência, a principal mensagem para as economias da região é agir com prudência no plano macroeconômico. A volatilidade financeira está afetando as economias regionais com maior profundidade financeira e bursátil; a desaceleração na Europa e nos Estados Unidos limitará a expansão das exportações e afetará seus preços, e as novas medidas de relaxamento monetário nesse país poderiam acentuar as pressões para a revalorização das moedas dos países que já registram consideráveis entradas de capital. Neste sentido, as economias da América Latina e do Caribe deveriam aumentar a cautela em sua gestão macroeconômica, vigiando a sustentabilidade de suas contas fiscais e externas, fortalecendo as medidas de precaução no âmbito macroeconômico e regendo-se em forma permanente pelo comportamento das principais variáveis econômicas.

A gestão macroeconômica prudente deve ser complementada com maior dedicação a tarefas de cooperação regional. Um maior compromisso com a integração e a cooperação regional, incluindo um maior apoio ao comércio intrarregional, permitiria amortecer os impactos de uma eventual piora do cenário internacional e preservar os resultados macroeconômicos e sociais alcançados, pelos progressos na conformação de um mercado regional ampliado. Neste sentido, existe um amplo espaço para iniciativas de facilitação do comércio e de maior cooperação em infraestrutura física, transporte, logística, normas alfandegárias, inovação e tecnologia. Estas iniciativas abririam não só um campo interessante para as exportações de pequenas e médias empresas, mais intensivas em manufaturas, mas também reforçariam a atratividade da região como sócio comercial e destino do investimento estrangeiro direto (IED) (veja a seção C).

A. CRISE E CONVERGÊNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A três anos da quebra do banco de investimentos Lehman-Brothers, a economia mundial não foi capaz de superar as sequelas da crise financeira, mantendo-se ainda elevados níveis de risco e incerteza. Na zona do euro, a crise de dívida soberana e vultosos déficits fiscais continuam ameaçando o euro, mesmo depois de um segundo pacote de resgate para a economia grega. Nos Estados Unidos, os cortes fiscais determinados após o acordo de aumento do limite da dívida pública podem levar a um novo choque recessivo. O investimento privado continua baixo, o desemprego elevado e, em decorrência, o consumo privado não se recupera nas magnitudes esperadas. O Japão, por sua vez, continua afetado pelas consequências do terremoto de março de 2011 e seu impacto na geração elétrica, o que complica a frágil recuperação em curso.

A debilitação da economia norte-americana está sendo superior à prevista. No começo de 2011 projetava-se uma taxa de crescimento para o ano da ordem de 3,5%. Os dados apresentados no primeiro semestre indicam um crescimento inferior a 1%. As cifras revisadas indicaram uma expansão de 0,4% para o primeiro trimestre e de 1,3% para o segundo. As mesmas revisões mostram que a recessão em 2009 foi mais profunda e longa que a inicialmente estimada (BEA, 2011).

Após o acordo para a elevação do limite da dívida pública, aumentou a inquietude pela debilidade econômica dos Estados Unidos. A economia estadunidense entra a uma fase forçada de austeridade fiscal, quando falta pouco tempo para a expiração dos programas de estímulo, sem que a economia real nem o gasto em consumo tenham dado mostras de dinamismo. Conjetura-se que a expiração destes programas poderia subtrair até 1,5 pontos percentuais ao crescimento de 2012, brecha difícil de eliminar, considerando que a crise e o mercado ideologismo no Congresso reduziu drasticamente os graus de liberdade em suas políticas fiscais. A política econômica parece estar mal enfocada, já que continua visando à redução do déficit fiscal e não à recuperação do emprego e do crescimento (Krugman, 2011).

A situação estadunidense, não obstante, é menos frágil que a europeia. Os títulos do Tesouro continuam sendo um refúgio ante as crises, de modo que, mesmo nesta conjuntura especial de rebaixamento da classificação de sua dívida, as taxas de médio prazo destes papéis continuam caindo. Nos Estados Unidos, a situação dos bancos está menos comprometida que na Europa, já que o país tem ganhado em solvência e em menor exposição ao risco. As empresas, por seu lado, têm obtido importantes resultados e acumulado caixa, uma vez que as decisões de investimento continuam sendo postergadas. Ao contrário, Grécia e Portugal continuam em recessão; as economias europeias em delicado transe estão se endividando a taxas que tornam estes compromissos praticamente impagáveis. Há um número importante de bancos europeus comprometidos com as economias em crise e a lentidão da institucionalidade comunitária agrega incerteza ao cenário. Além disso, as economias da zona do euro se estagnaram no segundo trimestre de 2011 e suas perspectivas são pouco otimistas.

Ainda depois do segundo pacote de apoio à economia grega, não foi possível eliminar a percepção de inadimplência da Grécia nem a ameaça do contágio de outras economias europeias de maior tamanho. Duas semanas depois desse pacote de apoio, os prêmios de risco da Espanha e da Itália se aproximam dos níveis que levaram ao resgate da Irlanda, da Grécia e de Portugal¹. Ainda pior, a

¹ As drásticas quedas em Wall Street e nas bolsas europeias imediatamente após o acordo legislativo sobre o limite da dívida nos Estados Unidos, determinaram que o Banco Central Europeu, modificando sua conhecida postura,

ineficácia dessas medidas se vê agravada por sua lentidão, dado que ainda devem ser aprovadas por vários parlamentos europeus, sendo difícil que entrem em vigor antes de outubro.

Parece haver chegado o momento de adotar fórmulas inovadoras que assumam o risco de uma integração europeia maior. Será difícil que a Europa supere a atual crise sem reforçar os mecanismos solidários e de cooperação regional. O grande debate está em se a atual crise europeia será resolvida com mais ou menos integração. Um cenário de invariabilidade das atuais políticas inclusive poderia levar o euro a uma grave crise, com impactos substanciais nas perspectivas do processo de integração em si mesmo. Cedo ou tarde, a recuperação do crescimento fará preciso avaliar seriamente a compra maciça de dívida por parte do Banco Central Europeu ou a emissão de dívida europeia que substitua as dívidas nacionais, em conjunto com compromissos críveis de consolidação fiscal.

O legado de elevada dívida pública que esta crise está deixando na Europa e nos Estados Unidos acompanhará essas economias por vários anos. Como resultado da crise, as contas fiscais se deterioraram em forma inédita nessas economias. O estoque de dívida pública nas economias industrializadas passou de 77% do PIB em 2007 para 104% em 2010. As projeções indicam que mesmo supondo um gradual endurecimento da política fiscal, essa relação poderia chegar em 2020 a 126% do PIB (Deutsche Bank, 2011). Na ausência de mudanças de política, essa relação poderia alcançar 150% do PIB (134% no caso de Estados Unidos)

Os desafios fiscais e de dívida pública podem fazer com que as economias industrializadas ingressem em uma década perdida. A magnitude dos citados desafios exige não só adotar medidas tecnicamente corretas, mas também construir consensos políticos que permitam adotar medidas que serão de alto custo e cuja implementação tardará vários anos. As lideranças políticas se veem duplamente tensionadas: por um lado, por essas exigências de médio prazo e as pressões eleitorais cotidianas e, por outro, pelos impactos globais de suas decisões e os efeitos destas nas próximas eleições. Os montantes necessários para arcar com consolidação fiscal e o rebaixamento da dívida pública são elevados o suficiente para trazer sérias dúvidas quanto à possibilidade de recuperar o crescimento nos próximos três ou mais anos. Se a isso agregamos as pressões fiscais que as economias industrializadas terão de enfrentar para financiar as futuras pensões em um contexto de envelhecimento da população, não parece excessivo alertar sobre o risco de que as economias industrializadas estejam entrando a uma década perdida.

As principais economias emergentes recuperaram os níveis de produto e de comércio prévios à crise, embora em meados de 2011 mostrem sinais de desaceleração. Em 2011 várias delas apresentam crescimento superior ao potencial, chegando inclusive a enfrentar alguns riscos de sobreaquecimento. No contexto destes países, a recuperação começou na China, passando em seguida para a Índia e Indonésia, difundindo-se daí a outros países da Ásia-Pacífico, para finalmente chegar às demais economias emergentes. O alto crescimento dos países em desenvolvimento da Ásia, por sua vez, tem sua origem em uma demanda interna reforçada e um setor externo mais dinâmico. Na América Latina e no Caribe, os impulsos monetários e fiscais que apoiaram a recuperação posterior à crise foram substituídos por uma recuperação do consumo e do investimento, junto com um aumento das exportações. Este incremento foi impulsionado por termos de troca favoráveis, particularmente para os exportadores de produtos básicos de origem mineral. Em consequência, já há vários anos os países em desenvolvimento representam aproximadamente três quartos do crescimento da economia mundial (veja o quadro 1).

interviesse comprando títulos de países sob forte pressão, Espanha e Itália entre eles, o que ajudou a reduzir estes prêmios de risco.

Quadro 1
**PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÃO
 AO CRESCIMENTO MUNDIAL, 2008-2011**
 (Em pontos percentuais)

Países e grupos	2008	2009	2010	2011
Países desenvolvidos	0,12	-1,79	1,55	1,22
Estados Unidos	0,00	-0,53	0,56	0,53
União Europeia	0,15	-0,87	0,36	0,35
Japão	-0,07	-0,37	0,23	0,08
Outros	0,04	-0,02	0,40	0,25
Países em desenvolvimento	2,74	1,27	3,46	3,18
África subsaariana	0,13	0,07	0,12	0,14
América Latina e Caribe	0,37	-0,15	0,52	0,40
Países em desenvolvimento da Ásia	1,64	1,66	2,29	2,10
China	1,13	1,19	1,40	1,37
Oriente Médio e norte da África	0,25	0,09	0,19	0,20
Europa central e oriental	0,11	-0,12	0,15	0,12
Mundo	2,87	-0,52	5,01	4,40

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A emersão da China e de outros países do Sul está associada à fragmentação geográfica da produção mundial e à gestação de novas cadeias globais de valor. Estas cadeias são uma característica-chave e incremental da atual organização do comércio internacional, já que a exportação de produtos finais perde presença, aumenta o comércio de insumos e de bens intermediários e se acentua a especialização em etapas específicas da produção. A governança destas cadeias expressa o grau de controle de uma ou poucas empresas, tanto em relação com seus fornecedores (*upstream*) como com seus compradores (*downstream*). Embora o fenômeno das cadeias de valor tenha se difundido particularmente na China e no restante da Ásia oriental, gradualmente vem se expandindo a todas as zonas geográficas. Na América Latina e Caribe, a crescente relevância das empresas translatinas é uma expressão deste fenômeno.

O comércio internacional tem contribuído de maneira importante para a recuperação das economias após a crise econômica e financeira de 2008 e 2009. O comércio e os mercados abertos impediram uma piora da crise e transmitiram com fluidez os sinais de recuperação da demanda final. O importante aporte do comércio internacional ao crescimento do produto interno bruto é parcialmente explicado por vários efeitos que incrementam temporariamente a elasticidade do comércio em relação ao produto. Também se pode destacar que o sistema de comércio internacional foi capaz de conter os excessos protecionistas no contexto da crise internacional mais profunda dos últimos oitenta anos. Os acordos realizados desde 2008 no âmbito do Grupo dos Vinte para conter as medidas protecionistas, contribuíram para este resultado.

O comércio Sul-Sul, liderado pela China e o restante das economias emergentes da Ásia é o principal motor do crescimento do comércio mundial. O volume das exportações dos países em desenvolvimento cresceu 17% em 2010, comparados com 13% nos países industrializados e a média mundial de 15%. Dentro deste grupo, a maior taxa de recuperação do comércio foi apresentada pela China. As exportações cresceram 28% em volume, o que representa uma extraordinária reversão da queda de 10% registrada em 2009, e quase o dobro da taxa de crescimento mundial no mesmo ano. As importações dos países em desenvolvimento cresceram 18% em 2010, comparados com 11% dos países industrializados. Em suma, o valor das exportações e importações dos países emergentes no final de 2010 já havia superado seus níveis pré-crise. Estas regiões emergentes respondem por quase 60% do crescimento em valor das exportações mundiais de 2005 a 2008 e em 2010, tendo representado uma

pequena proporção da queda ocorrida em 2009. Desta forma, as economias industrializadas, enquanto sua demanda interna ainda encontra-se debilitada, estão sendo beneficiadas pela dinâmica da demanda externa dos países em desenvolvimento.

Para a América Latina e o Caribe, espera-se que em 2011 a taxa de crescimento do valor das exportações de bens seja de 27%. Este crescimento estaria impulsionado pela alta dos preços (18%), e pelo incremento em volume (9%) (veja o quadro 2 e o gráfico 1). A proporção do aumento das exportações é similar à taxa de variação observada em 2010. Esta projeção pressupõe a manutenção do ritmo de crescimento da demanda externa para o segundo semestre do ano e a estabilidade dos principais produtos exportados pela região.

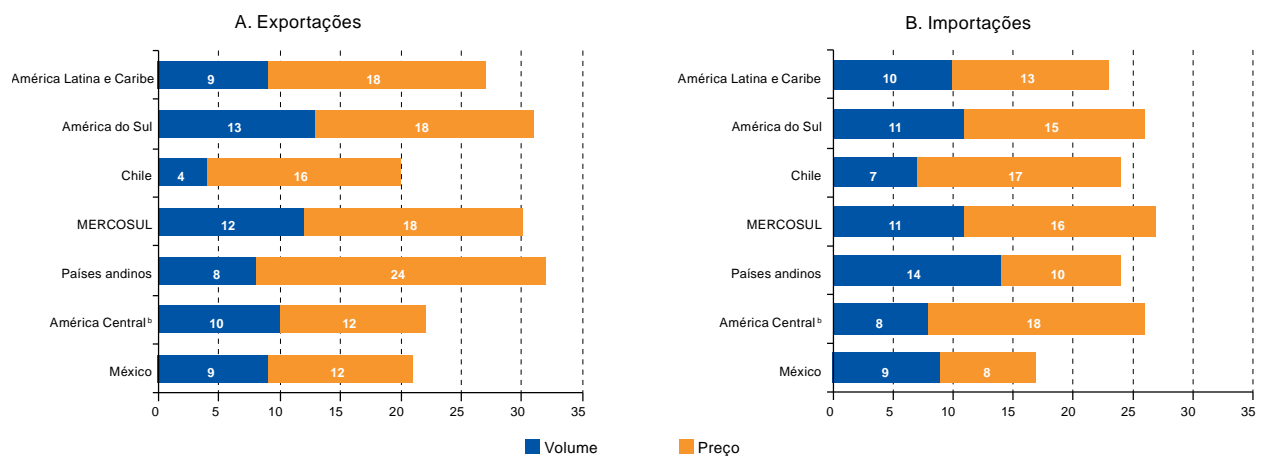
Quadro 2
AMÉRICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR, 2009-2011
(Taxas de crescimento anual em porcentagens)

Países e grupos	Exportações			Importações		
	2009	2010	2011 ^a	2009	2010	2011 ^a
América Latina e Caribe	-22,6	26,7	27,0	-25,0	29,5	23,0
América Latina (19)	-21,9	27,0	27,0	-24,9	30,4	23,0
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	-21,9	29,8	30,0	-27,3	42,2	27,0
Países andinos	-27,7	20,7	32,0	-20,9	19,9	29,0
Mercado Comum Centro-Americano	-11,6	15,2	29,0	-24,3	19,0	24,0
Outros países	-19,9	28,9	21,0	-25,0	28,8	19,0
Chile	-18,5	31,5	20,0	-30,9	38,3	24,0
México	-21,2	30,0	21,0	-24,1	28,5	17,0
Panamá	7,8	1,8	20,0	-10,9	20,3	28,0
República Dominicana	-18,7	20,3	25,0	-23,1	24,4	22,0
Comunidade do Caribe (CARICOM)	-43,4	10,8	28,0	-25,5	3,5	18,0

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Projeções.

Gráfico 1
AMÉRICA LATINA E CARIBE: DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO COMÉRCIO DE BENS, 2011^a
(Taxas de variação em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

^a Projeções.

^b Inclui o Mercado Comum Centro-Americano e o Panamá.

No caso das importações, espera-se um aumento de 23%, com maior incremento no caso dos combustíveis, para os quais se estima uma taxa de crescimento de 46%. Este padrão diferenciado de menor aumento das importações permitiria à região acumular no final de 2011 um superávit comercial levemente superior a 80 bilhões de dólares, explicado principalmente pelo comércio com os Estados Unidos e, em menor medida, com a União Europeia. Quanto ao saldo comercial com a Ásia e a China, a região em conjunto continuaria acumulando déficit, embora com um padrão diferenciado entre o comércio da América do Sul (superávit) e os outros países da região (déficit).

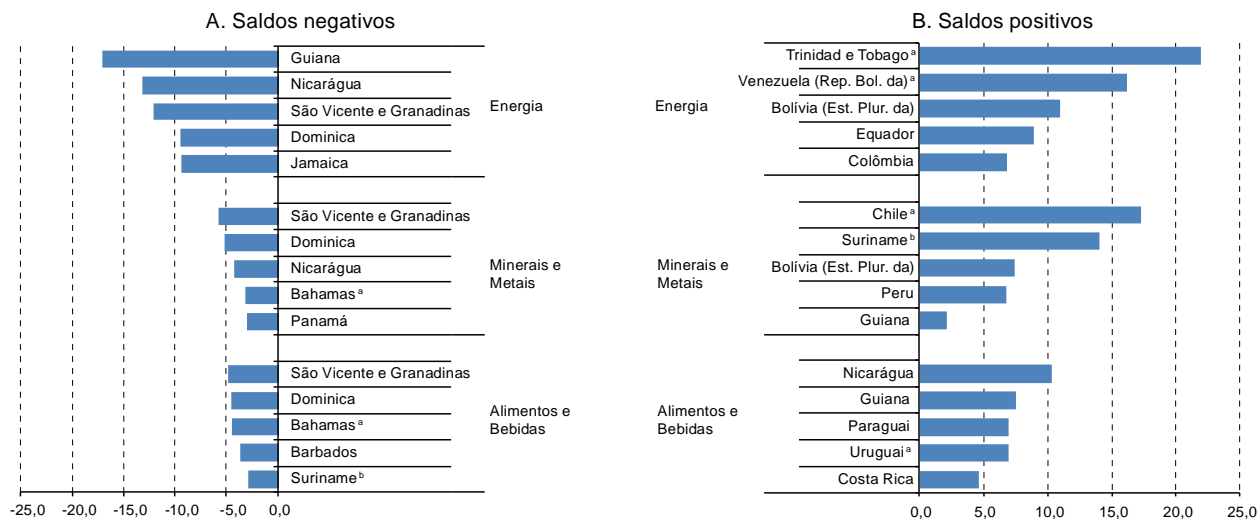
Desde começos de 2009 se observa uma nova fase de auge dos preços dos produtos básicos, que beneficia os países exportadores líquidos destes produtos. O aumento dos preços acelerou-se a partir do segundo semestre de 2010, fazendo com que os preços de muitos produtos superassem inclusive os níveis alcançados antes da crise. Este comportamento contrasta com o dos preços dos manufaturados, que nos últimos anos apresentam um leve crescimento. Em geral, este novo auge de preços dos produtos básicos estaria determinado por fatores de demanda, seja demanda efetiva promovida por economias emergentes ou demanda especulativa, dadas as baixas taxas de retorno nas economias industrializadas. No caso dos produtos agrícolas, o aumento dos preços em 2010 é também explicado por fatores de oferta relacionados às condições climáticas adversas em vários países produtores.

Esta fase de auge dos preços dos produtos básicos foi interrompida em consequência da incerteza gerada pelas dificuldades da dívida soberana na Europa e nos Estados Unidos e pela estagnação de suas economias. A acentuada volatilidade das principais bolsas de valores do mundo e a queda do dólar em relação ao ouro, ao iene e ao franco suíço ocasionaram também uma brusca queda de preço dos produtos básicos. O período de tempo transcorrido ainda é insuficiente para permitir tirar conclusões definitivas quanto à tendência destes preços. O que fica claro é que isto alerta sobre a volatilidade dos mesmos e, portanto, sobre a necessidade de buscar mecanismos globais que a atenuem. De igual forma, lança um sinal de alerta permanente sobre a conveniência de limitar a transmissão destas perturbações à economia interna, seja por meio de mecanismos de poupança das receitas transitórias, de regras fiscais de comportamento estrutural ou de outros instrumentos que privilegiem o planejamento do gasto público com base em receitas de médio prazo.

O efeito da alta dos preços é muito positivo para a maioria dos países da América do Sul, mas negativo para grande parte dos países da América Central e do Caribe. A América do Sul registra os maiores ganhos, especialmente em itens como alimentos e bebidas no Paraguai e Uruguai; minérios e metais na Bolívia (Estado Plurinacional da), Chile e Peru, e energia na Bolívia (Estado Plurinacional da), Colômbia, Equador e Venezuela (República Bolivariana da). Ao contrário, o aumento desses preços deteriora os termos de troca dos países do Caribe e da América Central. Cabe destacar que os países caribenhos são mais vulneráveis que os da América Central porque os primeiros apresentam déficit comercial em alimentos e bebidas, minérios e metais e em energia. Nos países da América Central o déficit se concentra especialmente em energia (veja o gráfico 2).

O renovado crescimento do desequilíbrio entre as contas correntes das principais economias e seus sócios comerciais guarda estreita relação com a taxa de câmbio real dos países. Nos Estados Unidos, desde fins de 2001, há uma tendência sustentada de desvalorização do dólar. No caso da China, a taxa de câmbio real efetiva vem aumentando desde 2006, mas em ritmo insuficiente para reequilibrar sua conta corrente.

Gráfico 2
AMÉRICA LATINA E CARIBE: SALDO COMERCIAL POR TIPO DE PRODUTO,
MÉDIA 2009-2010
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados das Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE).

^a Os dados correspondem a 2009.

^b Os dados correspondem a 2010 e no caso do metais e minerais foram obtidos a partir de estatísticas espelho.

Depois de quase dez anos de negociações, a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) encontra-se em uma conjuntura crítica. Embora durante a maior parte desse tempo os principais desacordos estiveram relacionados às negociações sobre a agricultura, atualmente as principais divergências se referem à liberalização do comércio de produtos manufaturados em algumas das principais economias emergentes (em particular Brasil, China e Índia). Espera-se que as discussões sobre o futuro da Rodada de Doha dominem a oitava Conferência Ministerial da OMC, a ser realizada em Genebra de 15 a 17 de dezembro de 2011. Será muito difícil concluir a Rodada em 2012, dado que em vários dos principais membros da OMC —como Estados Unidos, França e Índia— haverá eleições neste ano.

A brecha de crescimento entre economias emergentes e industrializadas têm limites. Até o momento as primeiras resistiram melhor à crise de 2008-2009, recuperaram-se antes e ostentam elevadas taxas de crescimento. Isto outorga alguma validade ao suposto desacoplamento entre ambos grupos de economias. No entanto, as fortes turbulências ocorridas nas bolsas de valores na primeira quinzena de agosto já afetaram severamente os preços dos produtos básicos e, caso persista a desaceleração econômica na Europa e nos Estados Unidos, o crescimento das exportações dirigidas a esses mercados estará restringido. Assim que, mesmo em cenários de mera desaceleração nas economias industrializadas, o crescimento das economias emergentes seria afetado. Se o cenário nas economias industrializadas for ainda mais negativo, as consequências seriam mais complicadas, provavelmente obrigando a criar novos programas de defesa do emprego e do crescimento, como sucedido em 2009. Para isso é preciso contar com um espaço de políticas que o permita, de modo que a cautela macroeconômica e o atento monitoramento da situação internacional passam a ser as prioridades da agenda de política econômica das economias emergentes.

A quatro anos do início da crise das hipotecas de alto risco (*subprime*), a mais longa e profunda desde a Grande Depressão, os efeitos continuam sendo consideráveis e o ímpeto reformista tem diminuído. As declarações iniciais dos líderes do Grupo dos Vinte (G-20) em sua primeira reunião em Washington D.C. sugeriam drásticas modificações no sistema financeiro internacional e nas práticas regulatórias. À medida que os pacotes de estímulo e a contenção das previsões protecionistas diluíam a possibilidade de uma recessão internacional, também se esfumavam os ânimos reformistas e o espírito de cooperação internacional. Nesta altura dos acontecimentos, os encontros do G-20 parecem congregam mais os interesses nacionais de cada ator que um ânimo coletivo para reformar o sistema e as políticas que levaram a esta crise.

É preciso maior cooperação global para evitar uma nova crise econômica internacional. Os temas desta agenda de cooperação global são numerosos. Limitando-nos ao cenário econômico, no curto prazo podemos indicar a necessidade de chegar a acordos em relação às regulações sobre dívida soberana; desempenho e avaliação das agências de classificação de risco; mecanismos de saída da crise europeia, e mecanismos que permitam atenuar a volatilidade dos preços dos produtos básicos. Como temas permanentes se destacam a necessidade de criar mecanismos financeiros de alerta precoce; corrigir os desequilíbrios excessivos em conta corrente a fim de evitar que as economias emergentes carreguem o maior peso deste ajuste, com apreciações de suas moedas que não estão relacionadas com avanços em produtividade e, por último, de estabelecer provisões bancárias proporcionais ao risco das operações.

Nessa cooperação global, a voz das economias emergentes deveria ser mais escutada. Todos estes temas afetam cada vez mais as perspectivas de crescimento nas economias emergentes e, em essência, correspondem a dinâmicas que vieram sendo gestadas no mundo industrializado. Além disso, é lógico que as economias emergentes, que atualmente sustentam o crescimento econômico mundial, possam expressar-se sobre a gestação e evolução destes desequilíbrios e sobre as limitações da atual globalização. Parte destas dificuldades poderiam ser acentuadas pela grande liquidez internacional oriunda das novas flexibilizações monetárias nos Estados Unidos e da recompra de bônus de países europeus, por parte do Banco Central Europeu. Para que estas dificuldades não venham a frear o crescimento nas economias emergentes, seria conveniente que estas reforçassem sua coordenação no G-20, com diagnósticos e propostas mais ajustadas. No mesmo sentido, os três países latino-americanos que fazem parte desse grupo poderiam reforçar a coordenação entre eles e com o conjunto dos demais países latino-americanos e caribenhos. Sem lugar à dúvida, a voz destes três países, trazendo os pontos de vista regionais sobre os temas da mencionada agenda, seria fortalecida.

A recente crise financeira e econômica global e as sendas de crescimento diferentes entre as economias emergentes e as economias industrializadas no período posterior à crise aceleraram os padrões de convergência de renda entre ambos grupos de países. O contínuo crescimento nas economias emergentes —lideradas pela China— frente à crise nos países industrializados adiantou a convergência produtiva, tecnológica e industrial entre os países emergentes e os industrializados. Deste modo, em plena crise, as economias emergentes melhoraram sua gravitação na economia mundial. Os crescentes vínculos comerciais entre os países em desenvolvimento permitiram algum desacoplamento destas economias em relação ao ciclo adverso das economias avançadas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Durante o último período de auge do crescimento mundial, de 2003 a 2008, e nos dois anos posteriores à crise, a região da América Latina e Caribe conseguiu reduzir a brecha entre seu nível de renda per capita e o dos países industrializados. Ao contrário do sucedido nas duas décadas anteriores, entre 2004 e 2010 a região reduziu sua brecha de renda em relação às economias avançadas. Tanto a China como os países asiáticos de industrialização recente (Hong Kong (Região Administrativa Especial da China), província chinesa de Taiwan, República da Coreia e Cingapura) apresentaram, ao longo de várias décadas, um processo de convergência constante. Em um contexto de estagnação dos países avançados em 2010 e em 2011 e de um crescimento elevado e contínuo na maioria dos países emergentes, o ritmo de redução da brecha de renda per capita acelerou-se.

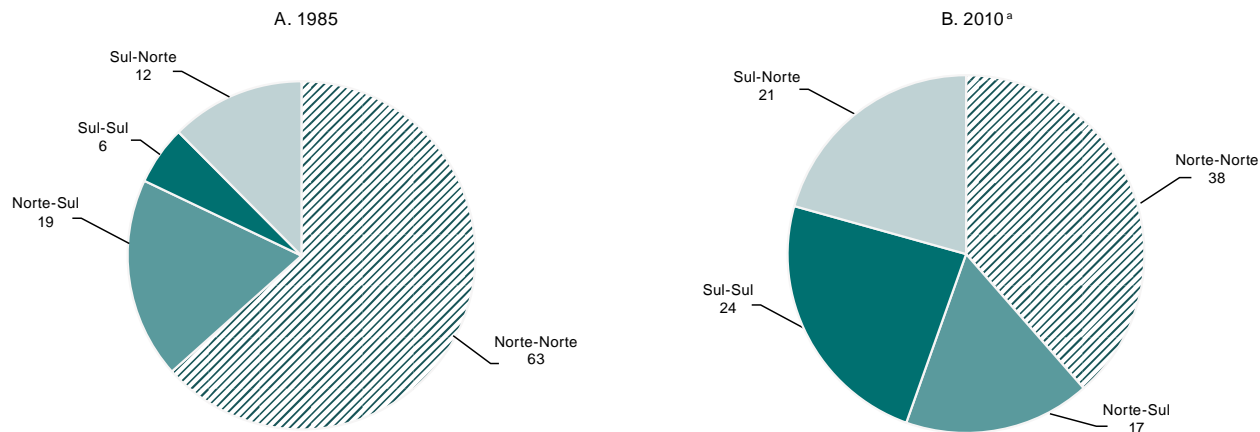
Desde a recente crise, a participação dos países emergentes nas principais variáveis da economia global também aumentou. O aporte dos países emergentes ao crescimento da produção mundial (PIB) aumentou de um terço em 2000 para três quartas partes em 2007, e para quase a totalidade em 2008 e 2009. Projeta-se que em 2016 as economias emergentes estariam contribuindo com três quartas partes do crescimento mundial total. Dentro do grupo dos países emergentes e no mundo em geral, a China ocupa um lugar central.

Quanto ao peso do Sul no consumo mundial, prevê-se que em 2030 a área da Ásia-Pacífico representará dois terços da classe média mundial. A classe média da China já é a segunda maior do mundo, atrás da dos Estados Unidos. A dinâmica expansão da classe média na China e na Índia poderia compensar parcialmente a estagnação prevista na expansão desse segmento da população na América do Norte e na Europa.

Nas últimas décadas o dinamismo do comércio dos países emergentes, em particular o comércio Sul-Sul, foi superior ao dos países industrializados. Em 1985 o comércio Sul-Sul representava apenas 6% do comércio mundial, porém, a aceleração do seu crescimento na década passada aumentou seu peso a 24% em 2010. Ao longo dessa mesma década, a quota do comércio Sul-Norte cresceu de 12 a 21%, enquanto a participação do comércio Norte-Norte registrou uma importante queda (veja o gráfico 3). A crise, mesmo reduzindo o nível das exportações do Sul em 2009, não parece haver afetado estas tendências de longo prazo. Mantida esta tendência, em torno do ano 2018 o comércio Sul-Sul chegaria a representar uma fração maior do comércio mundial que o comércio Norte-Norte. O rápido crescimento do comércio Sul-Sul é devido principalmente ao maior comércio entre os países em desenvolvimento da Ásia, liderados pela China. Quase 85% do comércio Sul-Sul é realizado entre países asiáticos emergentes ou entre estes países e as demais regiões do Sul.

O Sul tem ganhado mais terreno como receptor de fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto (IED) que como origem destes fluxos. Entre 1970 e 2007, a participação do Sul no total das entradas mundiais de IED tem variado entre um quarto e um terço. Contudo, é possível que a crise financeira tenha aumentado substancialmente o peso dos países emergentes, dado que em 2010 o Sul representou, pela primeira vez, mais da metade das entradas globais de IED. Os países em desenvolvimento e em transição também vêm aumentando sua importância como origem do IED no mundo. De fato, em 2010 estes países representaram 22% das saídas globais de IED.

Gráfico 3
MUNDO: DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, 1985 E 2010
(Em porcentagens do comércio mundial)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE).

^a Estimativa em base a 90% das exportações mundiais.

A atual conjuntura econômica mundial de velocidades diferenciadas está marcada por muitas incertezas. As economias dos Estados Unidos, Japão e da União Europeia encontram-se estagnadas e em graves dificuldades fiscais, enquanto a margem disponível para a política monetária está praticamente esgotada. As boas perspectivas dos países emergentes poderiam ver-se afetadas, se os países industrializados não conseguirem superar estas dificuldades. Em particular, as economias dos países com maior vínculo exportador com os Estados Unidos, como o México, o Caribe e a América Central em nossa região, poderiam reduzir suas exportações a esse mercado, caso persistam as tendências de um crescimento menor no segundo semestre de 2011 e em 2012. Aqueles itens que a região exporta à União Europeia também poderiam ser afetados, em caso de não poderem ser redirecionados a mercados mais dinâmicos.

Subsistem na economia mundial importantes riscos que poderiam levar a um incremento das restrições comerciais. Dentre eles cabe destacar a persistência de desequilíbrios globais entre países superavitários e deficitários; os altos níveis de desemprego na maioria das economias industrializadas; o forte processo de consolidação fiscal que está ocorrendo na Europa e que afeta de maneira particularmente intensa a economia de alguns países como Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal, e a volatilidade dos preços dos alimentos. De igual forma, os elevados fluxos de capital que estão sendo dirigidos às economias emergentes podem gerar nelas uma crescente pressão protecionista, já que as apreciações cambiais que induzem podem aumentar a competitividade das importações frente à produção local.

B. AS RELAÇÕES ENTRE A AMÉRICA LATINA E O CARIBE E SEUS PRINCIPAIS SÓCIOS EXTRARREGIONAIS

Ao longo da década passada a importância relativa da Ásia no comércio exterior da América Latina e do Caribe aumentou notavelmente, em contraste com a queda da participação dos Estados Unidos e a estagnação da União Europeia. Embora os Estados Unidos continuem sendo o principal sócio comercial da região, sua participação no comércio exterior da América Latina e do Caribe tem se reduzido drasticamente. A União Europeia, segundo sócio comercial em importância para a região, experimentou ao longo da última década uma leve alta em sua participação nas exportações regionais, enquanto sua participação nas importações manteve-se basicamente estável (veja o quadro 3).

Quadro 3
AMÉRICA LATINA E CARIBE: PARTICIPAÇÃO DE SÓCIOS SELECIONADOS NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES TOTAIS, 2000 E 2010
(Em porcentagens)

	Ásia e Pacífico ^a		Estados Unidos		União Europeia		América Latina e Caribe		Restante do mundo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Exportações	5,3	17,2	59,7	39,6	11,6	12,9	16,0	19,3	7,4	11,0
Importações	10,6	27,2	50,4	29,1	14,2	13,7	15,3	22,7	9,5	7,3

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE); informação oficial dos países e do Fundo Monetário Internacional (FMI), Direction of Trade Statistics database (DOTS).

^a Inclui Austrália, Brunei, Camboja, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Mianmar, Nova Zelândia, República da Coreia, República Democrática Popular do Laos, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

O importante avanço registrado pela Ásia e o Pacífico no comércio exterior da região tem estado fortemente influenciado pelo dinamismo dos intercâmbios com a China. Durante a primeira metade da década passada, este país deslocou o Japão como primeiro sócio comercial da América Latina e do Caribe na região Ásia-Pacífico. O comércio de nossa região com a China, que superou o patamar de 100 bilhões de dólares em 2007, chegou em 2010 a 183 bilhões de dólares, com o que este país já representa metade do intercâmbio comercial que a América Latina e o Caribe realizam com a Ásia-Pacífico. No entanto, a importância da China como mercado de exportação varia notavelmente entre os países de América Latina e do Caribe. Este país se converteu num mercado-chave para as exportações de países como, em ordem decrescente, Cuba, Chile, Brasil, Peru, Argentina e Venezuela (República Bolivariana da), enquanto o Paraguai, Equador, México, países centro-americanos (exceto Costa Rica) e a maioria dos países do Caribe destinam 3% ou menos de suas exportações a esse mercado. A Índia, apesar de seu forte dinamismo econômico nas últimas duas décadas, representa apenas 6,4% das exportações da região à área Ásia-Pacífico, e 3,4% de suas importações. Estas cifras a posicionam abaixo da República da Coreia como sócio comercial da região. Cabe assinalar que a relevância da Ásia-Pacífico como sócio comercial da região é maior nas importações. Isto tem ocasionado para a América Latina e o Caribe um crescente déficit comercial, particularmente no México e na América Central.

Durante a segunda metade da década passada, a região da América Latina e Caribe foi o sócio comercial mais dinâmico da China e o segundo mais dinâmico do Japão. No período 2005-2010, as taxas de crescimento das exportações da China em direção à América Latina e ao Caribe e de

suas importações da região quase duplicaram as de suas exportações e importações totais. Deste modo a participação da região no comércio com a China tem aumentado gradualmente, partindo de uma base muito baixa até chegar a 6% em 2010 tanto das exportações como das importações totais desse país. Nesse mesmo período, 2005-2010, as exportações do Japão em direção à América Latina e ao Caribe cresceram mais rapidamente que todos os demais destinos, enquanto suas importações da região foram superadas em dinamismo apenas pelas provenientes da Comunidade dos Estados Independentes.

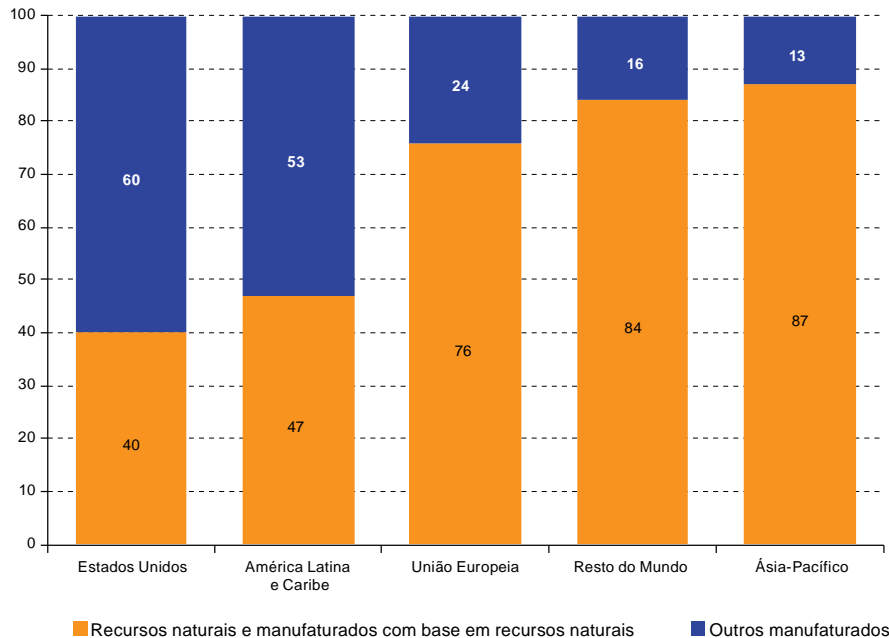
De modo similar, a região da América Latina e Caribe é um sócio comercial com crescente importância para os Estados Unidos. Nas duas últimas décadas, o comércio deste país com a região tem crescido mais rapidamente que com todos os seus principais sócios, exceto a China. Em 2010 a América Latina e o Caribe absorveram 23% das exportações estadunidenses de bens, o que converte a região em seu principal mercado de exportação. No mesmo ano, a região foi origem de 19% das importações estadunidenses de bens, participação equivalente à da China. O comércio da América Latina e do Caribe com os Estados Unidos se concentra em poucos países. O México, isoladamente, representou em 2010 quase dois terços das exportações da região a este país e mais da metade de suas importações. No caso das exportações, os países andinos são o segundo fornecedor dos Estados Unidos e, junto com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), representaram a quarta parte do valor exportado a esse país em 2010. Esta ordem se inverte no caso das importações, sendo o MERCOSUL o segundo mercado mais importante da região para os Estados Unidos, seguido pelos países andinos.

Em contraste com a dinâmica exibida recentemente pelo comércio da região com os Estados Unidos, China e Japão, a América Latina e Caribe representam uma fração muito pequena do comércio exterior da União Europeia. Nas três últimas décadas a região tem representado menos de 3% do comércio total da União Europeia. E embora a União Europeia continue sendo o segundo sócio comercial da região, em meados da presente década poderia ter de ceder esse lugar à China. O comércio da região com a União Europeia se concentra em alguns poucos países e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) representa quase a metade do total. Agregando o México, em 2010, cinco países representaram 61% das exportações regionais à União Europeia e 69% das importações.

As exportações da América Latina e do Caribe para a própria região e para os Estados Unidos têm maior presença de manufaturas não baseadas em recursos naturais que aquelas destinadas à Ásia-Pacífico e à União Europeia. Cabe observar que no caso dos Estados Unidos, isto se deve principalmente ao alto peso das exportações mexicanas de manufaturas no total exportado pela região a este mercado. No outro extremo, a participação dos produtos primários e dos manufaturados com base em recursos naturais é da ordem de 90% das exportações da região para os países da Ásia-Pacífico (veja o gráfico 4).

Ainda que ao longo da última década, a América Latina e o Caribe tenham aumentado consideravelmente o número de itens exportados a todos os seus principais mercados, nenhum dos mercados extrarregionais chega perto do intrarregional em número de itens exportados. No final da década, os países da região exportavam o maior número de produtos à própria região, seguida por: Estados Unidos, União Europeia e —à grande distância— mercados asiáticos. Em média, no período 2008-2009, América Latina e o Caribe exportaram aos países da própria região dez vezes o número de produtos exportados à China, e mais de quatro vezes o número de produtos exportado aos demais países da Ásia. Isto confirma a importância do mercado regional para as exportações de manufaturas latino-americanas e caribenhas e para o desenvolvimento de cadeias regionais de valor.

Gráfico 4
**AMÉRICA LATINA E CARIBE: ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES
 SEGUNDO PRINCIPAIS DESTINOS, MÉDIA 2008-2010**
(Em porcentagens do total)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE).

O exame das prioridades atuais da política comercial dos Estados Unidos revela a inexistência de uma visão estratégica da região. Na agenda de política comercial que o Presidente dos Estados Unidos apresentou ao Congresso em março de 2011, a região é escassamente mencionada. As referências presentes se relacionavam fundamentalmente com a administração dos acordos já em vigor, com a intenção do governo do Presidente Obama de dar início em 2011 ao processo de aprovação pelo parlamento dos acordos com a Colômbia e com o Panamá, e com seu interesse em expandir e diversificar as relações econômicas com o Brasil. De modo similar, desde 2007 não tem surgido maiores novidades em matéria de negociações comerciais entre os Estados Unidos e a região. A única exceção foram as negociações para a ampliação do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (AETA) iniciadas em 2010. Embora o Chile e o Peru participem neste processo, trata-se de uma iniciativa claramente orientada para os países da Ásia-Pacífico. Esta situação contrasta com o dinamismo das negociações que diversos países latino-americanos e caribenhos têm mantido em anos recentes com sócios europeus e asiáticos.

Neste contexto, a CEPAL propôs uma nova aliança hemisférica entre os Estados Unidos e a região para abordar desafios em comum com vistas a lograr uma melhor inserção da América Latina e Caribe na economia internacional. Entre os principais pontos dessa agenda se destacam os seguintes:

- Reincorporação da Bolívia (Estado Plurinacional da) aos benefícios da Lei de Promoção de Preferências Tarifárias Andinas e Erradicação de Drogas (ATPDEA).
- Renovação, ainda em 2011, da ATPDEA e do Sistema Generalizado de Preferências por um período suficientemente longo que permita aos países beneficiários da América Latina e do Caribe disporem de mais estabilidade.
- Aprovação, ainda em 2011, por parte do Congresso dos Estados Unidos dos acordos de livre comércio pendentes com a Colômbia e o Panamá².
- Solução definitiva à controvérsia sobre a proibição aos caminhões mexicanos de acesso a território dos Estados Unidos.
- Acumulação de origem entre todos os acordos de livre comércio dos Estados Unidos com outros países da América, a fim de promover a integração produtiva e o desenvolvimento de cadeias de valor regionais.
- Promover a adesão às negociações do AETAE daqueles países da América que estejam interessados em participar, procurando um equilíbrio entre os resultados que sejam alcançados nos novos assuntos (propriedade intelectual, investimento, serviços, normas trabalhistas e de meio ambiente e coerência regulatória) e os das áreas tradicionais, incluindo outras de particular interesse para os países em desenvolvimento participantes (*antidumping*, acesso aos mercados para os produtos agrícolas e movimento de pessoas físicas, entre outras).

Nos últimos anos, a América Latina e Caribe e a União Europeia têm tentado dar um novo impulso a suas relações econômicas. Num contexto de baixo crescimento e alta incerteza na Europa, a região adquire uma atratividade crescente para os exportadores e investidores europeus. Neste sentido, em 2010 a União Europeia concluiu as negociações para a formalização de um acordo de associação com os países centro-americanos (incluindo o Panamá) e de um acordo de livre comércio com a Colômbia e o Peru. Também em 2010 foram reativadas as negociações para a subscrição de um acordo de associação entre a União Europeia e o MERCOSUL. Somando os acordos já em vigor com o Chile, México e com o Fórum do Caribe do Grupo dos Estados da África, do Caribe e do Pacífico (CARIFORUM), a União Europeia poderia contar em 2012 ou 2013 com vinculação comercial preferencial com cerca de 30 países da região. Como feito nos acordos da União Europeia com os países mediterrâneos, seria conveniente promover a acumulação de origem entre todos estes acordos. Isto promoveria a integração produtiva da região e o desenvolvimento de cadeias de valor, tanto regionais quanto trans-regionais (com empresas europeias).

Além dos assuntos no âmbito do livre comércio, os acordos de associação que a União Europeia tem negociado com a região incluem os pilares para a cooperação e o diálogo político. Por isso estes acordos são fundamentais para promover uma relação virtuosa entre os concertos políticos, o desenvolvimento comercial e econômico e a coesão social, e representam uma visão mais abrangente do desenvolvimento que os acordos de caráter meramente comercial. Uma diferença importante entre os acordos negociados pela região com a União Europeia e os subscritos com outros sócios é que os primeiros têm como objetivo explícito a negociação entre regiões e o alcance de avanços substanciais no processo de integração, em todos os esquemas sub-regionais latino-americanos e caribenhos.

² Em agosto de 2011 esta aprovação ainda se encontrava pendente.

A América Latina, o Caribe e a União Europeia também mantêm um forte vínculo via investimento. Na década de 2000 a participação da região —incluindo os centros financeiros— nos fluxos de investimento estrangeiro direto proveniente da União Europeia superou a da Ásia e, ao mesmo tempo, a União Europeia passou a ser a principal fonte de investimento estrangeiro direto da região. No âmbito da aplicação de diversas reformas econômicas desde os anos noventa, a América Latina e o Caribe experimentaram uma expansão notável na chegada de fluxos de investimento estrangeiro direto. Estes provieram especialmente de países europeus, aproveitando os processos de privatização em áreas como o setor bancário, de telecomunicações e de outros serviços. Embora o investimento estadunidense tenha crescido também, seu menor ritmo de crescimento levou a uma recomposição dos fluxos acumulados por origem e assim a União Europeia passou a ser a principal fonte destes fluxos na última década, com 43% do total.

Há interessantes perspectivas para a cooperação entre a Europa e a região em áreas como tecnologias verdes e responsabilidade social empresarial. A União Europeia é líder mundial em proteção do meio ambiente, em luta contra a mudança do clima e em responsabilidade social empresarial, elementos que contribuem para um desenvolvimento integral e inclusivo. Entre 30 e 38% do total da concessão de patentes no mundo entre 2004 e 2006 em diferentes categorias de tecnologias para o meio ambiente corresponderam à União Europeia. Além disso, há mais de uma década as instituições comunitárias vêm promovendo a incorporação sistemática do conceito da responsabilidade social empresarial às estratégias das empresas europeias. Desse ponto de vista, o fortalecimento das alianças empresariais entre a região e a Europa poderia contribuir para o alcance dos objetivos de crescimento com igualdade e de uma competitividade menos intensiva em carbono, que devem orientar as políticas públicas da América Latina e do Caribe nos próximos anos.

Embora na Ásia-Pacífico tradicionalmente tenha predominado uma integração de fato, nos últimos anos a integração asiática tem evoluído para uma etapa de maior formalidade. A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) pôde colocar-se como eixo articulador da formalização deste processo de integração, mediante uma série de iniciativas de liberalização comercial com os demais países asiáticos. O grande número de acordos comerciais subscritos na Ásia-Pacífico faz com que atualmente quase metade do comércio intra-asiático esteja coberta por alguma preferência tarifária. Paralelamente, por diversas razões —em particular, procurando assegurar maior acesso aos mercados— Austrália, China, Índia, Japão, República da Coreia e Cingapura, dentre outras economias da Ásia e do Pacífico, assinaram acordos de livre comércio e estabeleceram alianças estratégicas com a América Latina.

À medida que o processo de redução das barreiras comerciais entre os países asiáticos se aprofunda, poderia ocorrer um maior desvio de comércio em detrimento da América Latina e do Caribe. Algumas economias asiáticas, como China, Índia, Japão e República da Coreia, mantêm tarifas elevadas em setores de interesse exportador para a região, como agricultura, têxtil e vestuário e determinados setores de maquinaria. Em consequência, uma redução ou eliminação preferencial destas tarifas no âmbito dos acordos já existentes entre a ASEAN e cada um dos quatro países mencionados, bem como em um futuro acordo da ASEAN+3, favorece os países da ASEAN frente aos da região. O desvio de comércio da América Latina poderia ser significativo caso não sejam adotadas políticas ativas em matéria de acordos comerciais bilaterais ou sub-regionais que permitam nivelar as condições de acesso aos principais mercados asiáticos.

Neste contexto, a lista de acordos comerciais transpacíficos rapidamente se amplia. Na América Latina e Caribe os países mais ativos nesta matéria têm sido o Chile e o Peru, precisamente os dois países da região para os que a área Ásia-Pacífico representa a maior fração de suas exportações

totais. Mais recentemente somaram-se Costa Rica, que subscreveu acordos de livre comércio com a China e Cingapura, e Colômbia, que está negociando um acordo desse tipo com a República da Coreia. Estas iniciativas revelam tentativas dos países latino-americanos de abordar a relação com os países da Ásia-Pacífico com critérios de mais longo prazo e, até o momento, não podem ser vistas como concepção de uma estratégia compartilhada.

No caso particular da China, um tema que deverá ser tratado em forma adequada é o das inquietudes defensivas que as exportações industriais desse país geram na região. As inquietudes surgidas a respeito em países como Argentina, Brasil e México guardam relação tanto com a perda de posição nos mercados da própria região quanto também com a ameaça de deslocamento em outros mercados. Nestes casos, é possível que se requeira uma abordagem conjunta, de produtores chineses e latino-americanos, e com perspectiva de médio prazo, privilegiando complementaridades e espaços de cooperação. Na ausência destas modalidades de diálogo, é provável que as diferenças comerciais persistam, e se reflitam em novas acusações antidumping ou em outras barreiras não tarifárias.

Além dos poucos produtos processados de origem mineral que representam 80% de suas importações da América Latina e Caribe, a Ásia está começando a importar outros produtos da região. Embora alguns desses outros produtos pertençam à categoria de produtos primários, não são considerados *commodities*, dado que incorporam algum grau de diferenciação por qualidade. Na medida em que a renda familiar siga aumentando na Ásia e seu padrão de consumo gradualmente se aproxime do ocidental, a demanda asiática destes produtos poderia expandir-se de modo significativo num futuro próximo e oferecer oportunidades crescentes para a região. Além disso, a competição que a região enfrenta nos mercados da área Ásia-Pacífico, inclusive das próprias economias asiáticas, poderia abrir espaço para investimentos conjuntos e alianças estratégicas em temas comerciais e tecnológicos que, com mútuo benefício, permitam atender melhor a demanda da China e de outros países da Ásia.

Sendo a área Ásia-Pacífico a mais dinâmica da economia mundial, os países da América Latina e do Caribe deveriam fazer esforços para definir uma nova relação com ela. A China, em particular, emerge da crise fortalecida em sua base produtiva, tecnológica e financeira e com vínculos mais relevantes com a área Ásia-Pacífico. Estimativas recentes indicam que em 2016 o produto interno bruto da China, medido em paridade de poder aquisitivo, superaria o dos Estados Unidos, levando-a a ser a maior economia mundial. Tendo isso em consideração, e também a incerteza quanto à evolução futura das economias da Europa e dos Estados Unidos, os países da região deveriam redobrar seus esforços para identificar e aproveitar as oportunidades derivadas da maior integração com a área Ásia-Pacífico. Esse esforço seria mais fecundo se realizado em forma coordenada, uma vez que as iniciativas comerciais e de investimento poderiam aproveitar sinergias, economias de escala e a acumulação de vontades políticas, e poderia aspirar a metas mais ambiciosas.

As condições econômicas e comerciais são altamente favoráveis para o avanço em direção a um novo tipo de relação entre ambas regiões. As perspectivas favoráveis de crescimento dessas duas regiões oferecem uma oportunidade única para assentar as bases de uma nova etapa em suas relações comerciais e de investimento. Para isso, é possível e necessário avançar em: i) diversificação das exportações dirigidas à Ásia-Pacífico; ii) criação de alianças comerciais birregionais; iii) aumento dos montantes dos investimentos mútuos, especialmente em infraestrutura na América Latina e no Caribe e na presença nas cadeias de valor na Ásia; iv) um incremento substantivo da cooperação em inovação, negócios tecnológicos e capital humano, e v) estabelecimento de instâncias regulares de diálogo de alto nível entre os governos da região e os de seus principais sócios asiáticos.

C. OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE PARA MELHORAR SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL

As profundas transformações que a economia mundial vem experimentando suscitam para a região o desafio de repensar sua inserção internacional e seu esquema de alianças globais. O peso crescente das economias em desenvolvimento em diversos agregados econômicos se vê reforçado pelo quadro de frágil recuperação e alta incerteza que se observa nos Estados Unidos e na Europa, e que provavelmente persistirá por alguns anos. Por outro lado, a produção, o comércio e o investimento se estruturam em forma crescente em torno a cadeias regionais e globais de valor. Frente a estas mudanças, a América Latina e o Caribe têm reforçado seus vínculos com outras regiões emergentes, especialmente com a Ásia.

Nas próximas décadas, a qualidade da inserção econômica internacional da região estará fortemente determinada por sua vinculação com as demais economias em desenvolvimento. O principal canal utilizado atualmente para esta vinculação é o comércio entre a região e outros países em desenvolvimento (comércio Sul-Sul). Outro canal que tem adquirido crescente importância é o investimento, tanto pela atração de IED e de outros recursos de capital asiáticos, como por meio de investimentos materializados por empresas da região —em particular as translatinas— na Ásia e em outras regiões em desenvolvimento. Também existe amplo espaço para desenvolver parcerias entre companhias da região e de outras regiões emergentes sob diversas modalidades de produção (franquias, licenças, contratos de manufatura e subcontratação de serviços, dentre outras) que vêm adquirindo crescente importância no contexto das cadeias mundiais de valor.

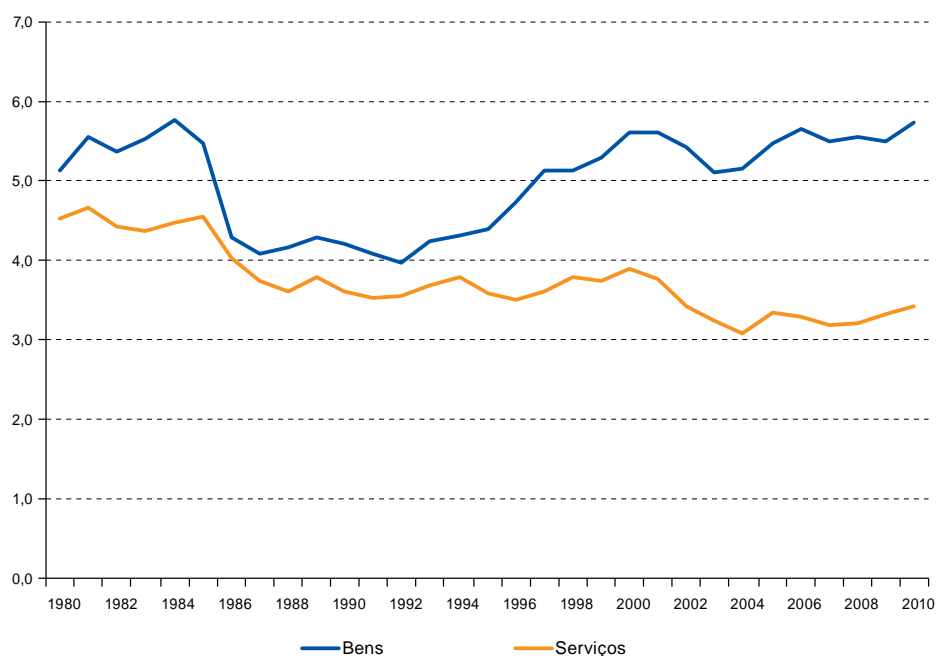
A América Latina e o Caribe dispõem de importantes ativos frente ao desafio de melhorar a qualidade de sua inserção econômica internacional. Em primeiro lugar, a região tem logrado uma importante aprendizagem em matéria de política macroeconômica, como evidenciado na última crise: embora não tenha ficado alheia aos efeitos negativos da crise sobre o produto, o emprego e os indicadores sociais, resistiu de melhor forma que em crises anteriores de menor magnitude. Além disso, a melhora dos indicadores sociais e a expansão da classe média registradas nos últimos anos contribuem para elevar o valor estratégico do mercado latino-americano e caribenho. Seguramente, esta ampliação do mercado consumidor aumenta o atrativo da região como sócio comercial e destino do investimento estrangeiro.

A abundante dotação de recursos naturais da região constitui outro ativo estratégico. A América Latina e o Caribe são importantes produtores agrícolas, particularmente em itens como soja (sua produção ronda a metade do total mundial), carne (corresponde a quase um terço) e leite (produz cerca da quarta parte). Algo similar ocorre com a extração de minérios; a produção de cobre da região representa mais de 45% do total mundial, enquanto que a de molibdênio, zinco e estanho alcançam 20% da produção mundial. Em matéria energética, a região produz 40% do total mundial de biocombustíveis. Na América Latina e Caribe encontram-se grandes reservas de água doce, equivalentes a um terço do total mundial. Quanto a território, a região dispõe de um terço da superfície mundial que poderia ser incorporada à produção agrícola. Todas estas características constituem vantagens estratégicas, dadas as projeções que indicam que a população mundial chegaria a 9 bilhões de habitantes em 2050, com as consequentes necessidades de alimentos.

Apesar de seus ativos, a região da América Latina e Caribe não logrou um aumento significativo de sua participação nas exportações mundiais de bens e serviços nas últimas três décadas. Entre 1980 e 2010, a participação da região nas exportações mundiais de bens elevou-se em forma marginal, de 5,1% para 5,7%. Esta estagnação esteve determinada especialmente pela perda de dinamismo das exportações mexicanas, enquanto os demais países da região aumentaram sua

participação. No mesmo período, a região viu cair sua porcentagem nas exportações mundiais de serviços de 4,5% para 3,4% (veja o gráfico 5). O desempenho da região tem sido especialmente débil na categoria de “Outros serviços comerciais”, que foi o de maior crescimento em nível mundial na última década e é o mais vinculado a atividades intensivas em conhecimento. Em suma, em um contexto internacional marcado por uma crescente participação das economias em desenvolvimento nas exportações mundiais, parece que a América Latina e Caribe pôde apenas manter o seu nível de participação estável.

Gráfico 5
AMÉRICA LATINA E CARIBE: PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE BENS E SERVIÇOS COMERCIAIS, 1980-2010
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em estatísticas da Organização Mundial do Comércio.

Embora as orientações exportadoras de cada sub-região apresentem marcadas diferenças, um problema compartilhado é a falta de valor agregado e de incorporação de conhecimento e tecnologia. Os países da América do Sul foram especializando-se crescentemente na exportação de produtos primários e seus processados, padrão que foi reforçado pela elevada demanda asiática, em especial da China. Os países centro-americanos e o México, por sua vez, concentraram suas exportações de manufaturas em indústrias cujas principais atividades consistem em ensablagem, enquanto os países do Caribe se especializaram em alguns nichos de serviços. O denominador comum entre estes três padrões é a especialização com base em vantagens comparativas estáticas, como a mão de obra não qualificada ou os recursos naturais abundantes, e a falta da criação de valor agregado e de conhecimento nos produtos finais e nos processos produtivos.

O surgimento das cadeias mundiais de valor e o crescente peso da inovação na produção e comércio globais exigem à região dar novos passos em sua inserção internacional. A abertura e a liberalização ocorridas a partir da década de 1980 foram uma condição necessária, mas não suficiente, para que o aumento do comércio se traduzisse em crescimento econômico sustentado. O contexto econômico internacional atual exige à região ampliar suas perspectivas, avançando em modo paralelo em três âmbitos inter-relacionados: i) da abertura comercial e orientação exportadora para estratégias de internacionalização de empresas; ii) da inserção de estilo interindustrial no comércio internacional à inserção nas cadeias mundiais de valor (ou alternativamente em nichos específicos de produtos de alta tecnologia ou serviços especializados, sobretudo no caso dos países de tamanho reduzido), e iii) da competitividade com base no esforço nacional à outra com crescentes componentes de parcerias público-privadas e de cooperação regional.

O anterior implica um desafio duplo. Por um lado, articular, com uma visão estratégica, as políticas de promoção e diversificação de exportações, de inovação e difusão tecnológica, de atração de IED e de formação de recursos humanos. Por outro lado, fomentar alianças público-privadas que permitam definir objetivos de comum acordo e trabalhar em forma mancomunada em sua concretização, emulando assim —com as adaptações necessárias às diferentes realidades nacionais— as experiências de diversos países da Europa, Ásia e Oceania que lograram uma inserção bem-sucedida na economia mundial.

Frente a este novo panorama internacional, a região deve aproveitar os benefícios de seus crescentes vínculos com outras regiões em desenvolvimento, enquanto melhora a sua competitividade por meio de maior integração regional. Neste contexto, o conceito de regionalismo aberto apresentado pela CEPAL há quase duas décadas mantém sua relevância (CEPAL, 1994). Este visa a desenvolver fortalezas regionais para enfrentar melhor os desafios globais. O regionalismo aberto complementa a inserção nos principais mercados internacionais com o estímulo do comércio intrarregional. Com isso se favorece o comércio intraindustrial, a diversificação exportadora e a maior presença de empresas pequenas e médias nas correntes de exportação. A maior escala que um mercado regional integrado proporciona não só contribuiria para aumentar o intercâmbio dentro da região, mas, além disso, favoreceria a atração de IED e o surgimento e fortalecimento de empresas translatinas. Igualmente, o marco regional permitiria impulsionar as incipientes cadeias regionais de produção e compartilhar e potencializar o processo de inovação. A equidade seria também favorecida pela maior internacionalização de empresas pequenas e médias e pela criação de empregos em setores mais intensivos em valor e em conhecimentos que os que costumam caracterizar as exportações da América Latina e do Caribe aos mercados extrarregionais.

A estas razões tradicionais a favor da integração deve-se agregar a comprovação de que na atual economia globalizada a competitividade incorpora, em forma crescente, elementos regionais. A coordenação regional ou sub-regional é fundamental para alcançar objetivos tais como uma adequada infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, já que a ação coordenada entre os governos gera maiores frutos que os esforços nacionais isolados. Estas variáveis são críticas para melhorar a competitividade internacional dos países da região, particularmente ao considerar os requerimentos de infraestrutura, logística e facilidades aduaneiras, entre outros, presentes no comércio com os denominados “megamercados”, como Estados Unidos, União Europeia e (em forma crescente) Ásia.

Em comparação com outras regiões, o comércio intrarregional na América Latina e Caribe continua sendo escasso (como proporção de suas exportações totais) e intensivo em produtos de consumo final. Durante as duas últimas décadas, as exportações intrarregionais como porcentagem das exportações totais da região nunca excederam 20%, proporção bem inferior à de 46% registrada na Ásia oriental e no Pacífico. Por outro lado, embora o comércio intrarregional na América Latina e Caribe tenha

um forte componente de produtos manufaturados, continua dominado pelo intercâmbio de produtos de consumo final. Pelo contrário, o acentuado dinamismo do comércio intrarregional asiático tem estado intimamente vinculado à crescente fragmentação geográfica da produção em cadeias de valor. Pelo mesmo motivo tem-se caracterizado por um elevado crescimento do comércio de peças e componentes nos setores de máquinas, equipamentos de transporte e da eletrônica.

A baixa porcentagem do comércio intrarregional nas exportações da América Latina e Caribe obedece não só ao padrão exportador de recursos naturais de muitas de suas economias, mas também está influenciado pela inexistência de um espaço econômico integrado. Especificamente, persistem barreiras não tarifárias que podem ter um impacto restritivo maior que as próprias tarifas, dada a opacidade e a aplicação de critérios subjetivos que muitas vezes as caracterizam. O desenvolvimento de cadeias de valor na região vê-se limitado não apenas pelos obstáculos existentes para o comércio de bens e as limitações à acumulação de origem, mas também pelo tratamento regulatório diferenciado em temas como o investimento, os serviços, a política de competição e as normas técnicas, entre outros. As experiências da Ásia oriental e da Europa centro-oriental parecem respaldar a noção de que o bom funcionamento das cadeias de valor requer no mínimo algum nível de harmonização regulatória entre os países participantes.

Explorar melhor o considerável potencial que oferece o mercado regional exigirá ações em, pelo menos, seis frentes. Primeiro, existe espaço para lograr maior convergência entre os diversos componentes da arquitetura da integração econômica regional. Dado o tamanho das economias envolvidas, o principal elo faltante para completar uma rede de vínculos comerciais preferenciais dentro da região é o que conecte o México com o MERCOSUL. Neste contexto, as negociações para um acordo estratégico entre o Brasil e o México, anunciadas no final de 2010, poderiam dinamizar todo o processo de integração econômica latino-americana. Contudo, estas negociações ainda não foram iniciadas. Por outro lado, registram-se novas iniciativas, entre países e esquemas de integração, orientadas à maior convergência, como as negociações entre o México e os países centro-americanos, visando a fundir em um único acordo os três acordos comerciais que atualmente os vinculam, e a criação em 2011 da Aliança do Pacífico, orientada a constituir uma área de integração profunda entre o Chile, Colômbia, México e o Peru.

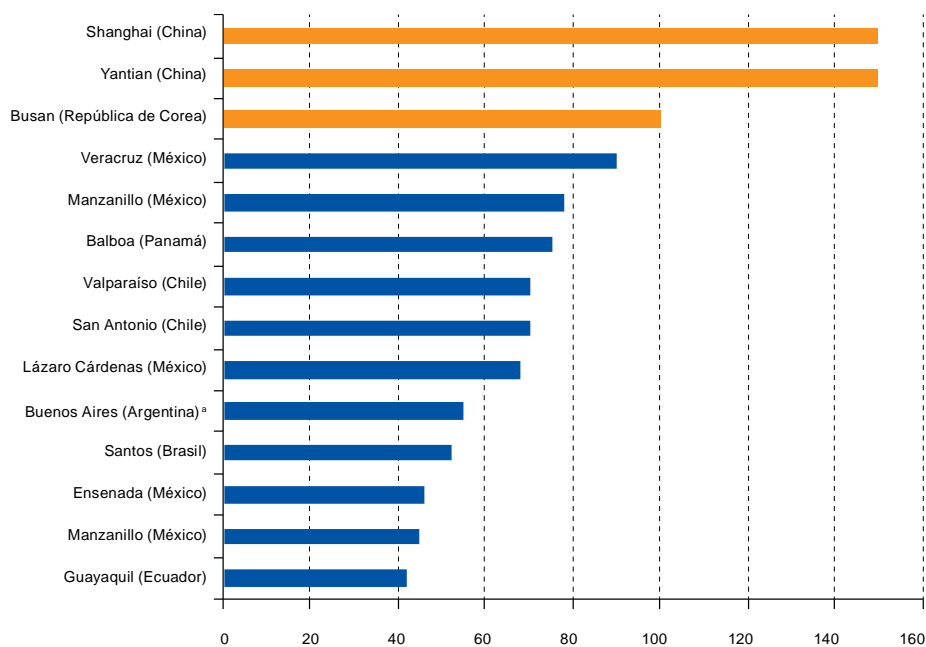
Tal como já vem ocorrendo no espaço meso-americano, seria conveniente que os países da América do Sul retomassem a agenda de convergência econômico-comercial intrarregional. Um primeiro passo, muito proveitoso, seria permitir a acumulação de origem entre os países da região. Com exceção dos três Acordos de Complementação Econômica (ACE) que vinculam o MERCOSUL com os países andinos, na maioria dos demais acordos subscritos no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) essa possibilidade ainda não é considerada. Com isso, o espaço para desenvolver cadeias regionais e sub-regionais de valor se reduz, limitando as possibilidades de maior integração produtiva. Um segundo passo seria preservar o mais possível o patrimônio tarifário e normativo entre os países membros da Comunidade Andina e a Venezuela (República Bolivariana da). Para este fim, já foram feitos acordos bilaterais entre este último país, a Bolívia (Estado Plurinacional da) e o Equador.

Segundo: a região requer um forte investimento na facilitação de seu comércio, dado que apresenta importantes atrasos em relação aos líderes mundiais em termos de custos associados às operações de comércio exterior. Isso, em parte, é produto do elevado déficit de infraestrutura física da região, cuja superação requererá vultosos investimentos ao longo de vários anos (veja o parágrafo a seguir). Contudo, também é possível obter importantes melhorias em eficiência e em redução de prazos e custos pela maior racionalização dos procedimentos aduaneiros e de outros tipos que afetam o comércio de bens nas fronteiras nacionais. Embora a implementação destas reformas seja principalmente

responsabilidade de cada governo, a coordenação em nível regional ou sub-regional das iniciativas nacionais pode criar importantes sinergias entre os países, como demonstra, por exemplo, a cooperação sub-regional em matéria de facilitação do comércio na América Central.

Terceiro: é preciso reforçar a cooperação regional e sub-regional para reduzir a brecha de infraestrutura física que caracteriza a América Latina e o Caribe. A qualidade da infraestrutura é inferior à média mundial na maioria das economias da região, e inferior à média do sudeste da Ásia em todas elas, o que impacta negativamente a qualidade de sua inserção econômica internacional. Um exemplo deste atraso fica evidenciado no desempenho dos portos da região, que na maioria dos casos é muito inferior ao de outros portos, como, por exemplo, vários situados na Ásia (veja o gráfico 6). A estimativa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2011) indica que a região deveria investir anualmente cerca de 5,2% do seu PIB em infraestrutura durante o período 2006-2020, para satisfazer apenas as necessidades derivadas do seu crescimento econômico projetado. A cooperação regional e sub-regional pode criar sinergias entre as ações empreendidas por cada país neste sentido. Certamente, os eixos de desenvolvimento transfronteiriços, incluindo os corredores bioceânicos, permitem a redução dos tempos e dos custos de transporte associados ao comércio, tanto intrarregional quanto extrarregional, e contribuem a um desenvolvimento territorial mais equilibrado entre os países e entre as regiões de cada país. Nesta linha, são exemplos destacados a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Projeto Meso-América.

Gráfico 6
AMÉRICA LATINA E ÁSIA: PRODUTIVIDADE RELATIVA DE PORTOS SELECIONADOS, 2008-2010
(Em contêineres descarregados por hora-barco)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base e informação oficial dos portos.

^a Este número representa a média de dois terminais (BACTSSA e Exolgan, S.A.).

A região poderia beneficiar-se em maior medida da ajuda dirigida ao comércio para abordar seus déficits em matéria de infraestrutura física e de facilitação do comércio. A América Latina e o Caribe recebem uma fração relativamente pequena (9% em 2009) dos fluxos de ajuda para o comércio, em parte porque a maioria das economias da região está classificada como de renda média. No entanto, poderia aumentar sua participação nas correntes de ajuda se os países conseguissem definir prioridades e elaborar, e apresentar, projetos relevantes que permitam concretizar novos fluxos de recursos. Também, se deveria privilegiar a atração de fundos de doação para iniciativas como a IIRSA e o Projeto Meso-América, que envolvem vários países e possuem um claro componente de facilitação do comércio.

Quarto: é preciso outorgar maior presença na cooperação regional aos aspectos sociais, reforçando a complementaridade entre estes e os aspectos econômicos e comerciais. A região da América Latina e Caribe está marcada por uma alta desigualdade, não apenas em nível nacional, mas também entre um país e outro. Assim evidenciam as grandes disparidades existentes em indicadores como o PIB e o gasto social por habitante (veja o quadro 4). Neste contexto, promover modalidades de integração que contribuam a reduzir estas marcadas assimetrias de desenvolvimento é condição necessária para a sustentabilidade e a legitimidade dos processos de integração.

Quadro 4
AMÉRICA LATINA E CARIBE: ASSIMETRIAS NA RENDA E NO GASTO SOCIAL MÉDIO
(Em dólares constantes de 2000, número de vezes e porcentagens)

		Mais baixo (A) (Em dólares constantes de 2000)	Mais alto (B)	Médio (C)	Maior/Menor (B/A) (Número de vezes que o valor mais alto excede o mais baixo)	Valor mais baixo como porcentagem da média	Valor mais alto como porcentagem da média
PIB por habitante	1990	516	17 373	3 546	33,7	15	490
	1995	413	15 752	3 801	38,1	11	414
	2000	427	17 977	4 116	42,1	10	437
	2005	384	18 407	4 380	48,0	9	420
	2010	360	17 242	5 024	47,9	7	343
Gasto social por habitante	1990	40	1 114	335	27,9	12	333
	1995	46	1 526	395	33,2	12	386
	2000	51	1 652	454	32,4	11	364
	2005	103	2 002	645	19,4	16	311
	2008 ^a	104	2 173	707	20,9	15	307

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

^a A cifra foi calculada em base à informação disponível mais próxima de 2008 (em alguns casos, corresponde a 2006 ou a 2007).

Requer-se um esforço para lograr que em todas as áreas da integração esteja presente um enfoque de benefício assimétrico, a favor das economias de menor desenvolvimento relativo. Este requerimento já constava em forma destacada nas recomendações da CEPAL sobre regionalismo aberto. Em particular, é importante: i) fortalecer os esquemas de fundos estruturais orientados aos países de menor desenvolvimento relativo, a partir da experiência positiva do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) e de iniciativas similares em outros esquemas sub-regionais; ii) propiciar maior abertura dos mercados dos países com economias de maior tamanho para as exportações dos países de menor desenvolvimento relativo, que inclua não só a redução das barreiras tarifárias, mas também das

não tarifárias, e iii) redobrar os esforços para construir cadeias de valor sub-regionais, favorecendo a presença de empresas de países com menor desenvolvimento relativo.

Quinto: a região tem que aumentar a cooperação regional em matéria de inovação e competitividade. A América Latina e o Caribe apresentam um considerável atraso em matéria de competitividade internacional. Assim demonstram de maneira consistente os resultados de diversos índices internacionais. Como exemplo, apenas dois países da região (Chile e Barbados) se encontram entre os 50 países melhor classificados segundo o índice global de competitividade (IGC), elaborado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial. Outro exemplo é o índice global de inovação (IGI) de 2011, elaborado pela escola de negócios INSEAD em colaboração com outras instituições como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Os resultados deste índice, que busca refletir uma visão ampliada da inovação, revelam que dos 20 países da região avaliados (de um total de 125), somente o Chile (em 30º lugar), a Costa Rica (45º lugar) e o Brasil (47º lugar) se encontram entre os 50 primeiros.

Dadas as limitadas capacidades, em forma isolada, de muitos países da região para ampliar substancialmente seus gastos em pesquisa e desenvolvimento, parece imprescindível congregare esforços nacionais e privilegiar um enfoque associativo. Isto pode ser feito, por exemplo, integrando os centros tecnológicos nacionais em atividades plurinacionais de pesquisa e de negócios conjuntos, gerando sinergias e massa crítica de recursos humanos e financeiros na região. Em nível nacional, este enfoque exige também: i) maior coordenação entre os diversos organismos públicos vinculados à competitividade e ii) conformação de parcerias público-privadas que permitam compartilhar informação e definir objetivos em comum acordo. Estas diretrizes gerais podem traduzir-se em medidas concretas como a criação de um fundo regional de cooperação para a inovação que permita financiar programas ou ações definidos em comum acordo pelos países da região.

Sexto: o vínculo com a área Ásia-Pacífico poderia ser mais bem aproveitado para aprofundar a integração regional. Ao longo 2011, em diversas ocasiões, altas autoridades chinesas expressaram sua vontade de cooperar para a diversificação das exportações da região a seu país. Por outro lado, a facilitação dos investimentos chineses e de outros países da Ásia, por meio de um guichê regional único que os promova e monitore, representa um desafio crítico para a integração regional. Estes investimentos, especialmente se materializados em infraestrutura, energia, transporte e logística ajudariam a reforçar os fluxos de comércio com a área Ásia-Pacífico e, além disso, gerariam externalidades positivas para o próprio processo de integração regional da América Latina e do Caribe.

Também, a região poderia elaborar dentro em breve um documento que defina as diretrizes de uma aproximação estratégica à China. Este país, em novembro de 2002, já deu o primeiro passo em tal sentido, com a elaboração de uma proposta sobre as relações com a América Latina e o Caribe. A coordenação regional que demandaria a preparação de um documento em resposta ao apresentado pela China poderia gerar condições mais favoráveis para, nos próximos anos, aspirar a materializar uma cúpula de chefes de Estado da China e da América Latina e Caribe, na qual poderia ser estabelecida uma agenda compartilhada de projetos de comércio e investimento. Parece conveniente que a recentemente constituída Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) acolha este tema em sua agenda.

Bibliografia

- BEA (Bureau de Análise Econômica dos Estados Unidos) (2011), “Gross domestic product: second quarter 2011 (Advance estimate)”, *National Income and Product Accounts*, N° BEA 11-38, julho.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2011), “Caracterización de la brecha de infraestructura económica en América Latina y el Caribe”, *Boletín FAL*, N° 293, Santiago do Chile, janeiro.
- _____ (1994), *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. La integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*, Libros de la CEPAL, N° 39 (LC/G.1801(SES.25/4)), Santiago do Chile, janeiro.
- Deutsche Bank (2011), “Global economic perspectives: A scenario analysis of public debt by 2020”, julho.
- Krugman, Paul (2011), “The wrong worries”, *The New York Times*, 4 de agosto.